

“O governo privilegia

22 MAI 1987

Samney

GAZETA MERCANTIL

seus aliados”

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney usou, ontem, a sua caneta para jogar duro contra seus adversários, em defesa de uma posição que considera crucial ao futuro de seu governo, que é a fixação de um mandato mínimo de cinco anos pela Constituinte.

Em ordem escrita a seus 27 ministros, Sarney determinou que nenhuma nomeação ou substituição de cargos ou função nos ministérios seja feita, a partir de agora, sem seu conhecimento prévio.

“Recomendo a Vossa Excelência que não seja feita, sem meu prévio conhecimento, nenhuma nomeação ou substituição de cargos ou função desse ministério, nos estados e municípios” — diz o comunicado, um “memorando reservado”, lido à imprensa, no Palácio do Planalto, pelo porta-voz presidencial, jornalista Antonio Frota Neto.



José Richa

Na prática, significa que cerca de 10 mil cargos federais, em todo o País, passam ao uso do presidente da República, que poderá negociá-los com aqueles que se posicionarem como seus aliados políticos. Na interpretação feita pelo porta-voz, “não é uma opção pelo fisiologismo”, explicou. “O governo deverá privilegiar os seus aliados”, acrescentou.

O próprio presidente já definira a parlamentares que ontem estiveram em seu gabinete a linha divisória de seu interesse: quem, na Constituinte, votar contra a sua proposta de cinco anos de permanência no poder estará votando contra ele e seu governo — segundo depoimento de deputados como Marcondes Gadelha (PFL) e Raimundo Lira (PMDB).

Sarney, ontem mesmo, puniu um adversário da sua tese de cinco anos de mandato: o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, de São Paulo, principal articulador do grupo parlamentar que resistiu ao presidente.

Covas havia indicado um funcionário público, José Maria Monteiro, seu correligionário e ex-coordenador de sua campanha eleitoral, para a chefia da Superintendência da Receita Federal em São Paulo. Monteiro tomara posse 24 horas antes, em Brasília, no Ministério da Fazenda. Ontem ele foi demitido, a pedido de Sarney, “por sua militância político-partidária”, segundo explicou o porta-voz da Fazenda à repórter Jurema Baesse.

O senador paulista, em conversa com o repórter Zanon Antunes, disse não se sentir punido e fez uma comparação caústica: “Assim como não me puniram quando me cassaram em 68”, afirmou referindo-se à supressão de seu mandato e de seus direitos políticos pelo antigo regime militar, com base no AI-5.

Na interpretação de um ministro de Sarney, o gesto contra Covas foi uma atitude de afirmação de autoridade do presidente. E ele foi além: chegou a alertar, da mesma forma, o deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA), em seu gabinete, ontem pela manhã. “Se ser governo é votar pelos cinco anos, deixo de ser governo”, retrucou Jutahy, à saída.

Isso tudo agravou ainda mais a crise entre o presidente e o PMDB. O senador José Richa, praticamente, rompeu com Sarney: “Eu fico com o partido”, disse à editora Cecília Pires. Richa culpa o presidente pelo agravamento da crise política no País e entende que ele está perdendo apoio em áreas muito importantes do Congresso.

(Ver página 6)